

VOZES DO BRASIL PROFUNDO^{1 2}

Voices of deep Brazil

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do³

MARQUES, Nayara Rodrigues⁴

No sabemos lo que passa y eso es lo que se passa

Ortega y Gasset

Assim, não é somente nossa ignorância, mas também nosso conhecimento que nos cegam

Edgar Morin

A origem está diante de nós

Heidegger

RESUMO

Fatos recentes chamaram a atenção da opinião pública brasileira para a organização dos quilombos e a sua articulação com povos indígenas, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais, entre outros. Discute-se aqui esta organização a partir de dois livros a respeito do tema: Por Terra e território de Joelson Ferreira e Erahsto Felício e A terra dá, a terra quer de Antônio Bispo do Santos. Destaca-se a proposição do movimento Teia dos Povos, presente em 11 estados brasileiros, que recusa o jogo político, guarda uma relação cuidadosa com o mercado e aproximações mínimas com o Estado. Nossa interpretação é que as proposições dos dois livros, incluído o movimento da Teia dos Povos, se enquadram nas iniciativas denominadas de pós-desenvolvimentistas, em que coletivos humanos buscam uma autonomia em relação às instituições da modernidade, a revalorização das identidades culturais e se propõem a (re)criar uma relação menos antropocêntrica entre humanos e natureza.

¹ Nossos dicionários dão múltiplos sentidos ao termo profundo, predominando a ideia de intenso, firme e duradouro. Profundo é um estudo ou pessoa que vão às raízes de um problema ou tema. Os escritos e movimento aqui analisados valorizam a ancestralidade, as raízes de suas origens, os saberes tradicionais, por isso o uso da palavra profundo. Seu antônimo mais comum é superficial.

² Agradecemos aos amigos e amigas que leram o texto e o criticaram, sugerindo várias mudanças, nem todas suficientemente bem respondidas, entre eles(as): Iara Brasileiro, Diego Cardoso, Leticia Fernandes, José Augusto Drummond, Carina Rodrigues.

³ Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. <https://orcid.org/0000-0002-8514-2117>. Doutor em Sociologia, professor nos Programas de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (PPGCDS/UnB) e do Centro de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGCASA/UFAM). elimar.cds@gmail.com

⁴ Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. <https://orcid.org/0000-0002-6255-3845>. Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável do PPGCDS/UnB, mestra e bacharela em Turismo do Centro de Excelência em Turismo (CET/UnB). nayararmarques@gmail.com

Palavras-chave: Iniciativas populares; teia dos povos; pós-desenvolvimento; quilombos.

ABSTRACT

Recent facts have drawn the attention of Brazilian public opinion to the organization of quilombos and their alliances with the natives, agrarian reform settlers, and traditional communities, among others. This organization is discussed here within two typical books: *Por Terra e Território* and *A terra dá, a terra quer*. The proposition of the movement of *Teia dos Povos*, present in 11 Brazilian states, is highlighted as they refuse political play, maintain a careful relationship with the market, and minimum approximations with the state. Our interpretation is that the propositions of both books, including the *Teia dos Povos* movement, fit into the so-called post-developmental initiatives, in which human collectives seek autonomy in relation to the institutions of modernity, the revaluing of cultural identities, and propose to (re)built a less anthropocentric relationship between humans and nature.

Keywords: Popular initiatives; teia dos povos; post-development, quilombos.

1. INTRODUÇÃO

Um dos traços da sociedade contemporânea é o movimento de atores e atrizes sociais, normalmente consideradas na opinião pública como periféricas e marginais, em direção ao centro da dinâmica social. Esse movimento encontra reações diversas. O exemplo mais visível, segundo Touraine (2006), são as mulheres. Essas atrizes sociais, que sempre foram ativas e perseguidas - e continuam perseguidas - movimentam-se em direção ao centro da sociedade, para ocupar espaços e introduzir saberes e percepções recusadas pelas forças hegemônicas da sociedade, representadas pelo masculino. Entre as reações contrárias destaca-se, por sua violência, o aumento do número de feminicídios. Segundo relatórios da ONU de 2022 (Santo, 2022), 81,1 mil mulheres foram assassinadas em 2021 no mundo, a maioria por ex-maridos, companheiros ou parentes da vítima. Dados levantados pelo *Monitor da Violência* (G1, 2023), mostram que o número de vítimas de feminicídio no Brasil aumentou em 2022, alcançando 1.410 vítimas, um aumento de 5,5% em relação a 2021, quando foram registrados 1.337 casos. Em geral, as mulheres negras são as mais impactadas: 66% das mulheres assassinadas em 2019 eram negras (IPEA, 2022). São sinais de como a ascensão do protagonismo feminino, sobretudo negro, incomoda aos machistas e homofóbicos. Ela incomoda a dominação masculina, conforme afirma Pierre Bourdieu (2002).

Essas novas percepções, atitudes e práticas introduzidas pelas mulheres na dinâmica social contemporânea, começam a provocar mudanças relevantes nas relações sociais, entre os humanos e destes com a natureza, cuja raiz é o desejo da criação de si. Esse desejo “não funciona sem uma liberdade do corpo e da sexualidade e, ao mesmo tempo, sem a concretização de projetos profissionais novos e uma concepção diferente das relações com os outros” (Touraine, 2006, p. 169). Esta é a conclusão do estudo que Touraine realizou por meio de 60 entrevistas e dois grupos focais, que tiveram, cada um, três encontros com três horas de duração cada encontro. Esta foi a primeira parte, a segunda, focou as mulheres muçulmanas. A primeira constatação é que as mulheres se afirmam antes de tudo como mulheres, não como vítimas e atrizes políticas. A centralidade da sua ação não é a política ou a militância feminina, mas a construção de si, de sua sexualidade. O centro de tudo é a preocupação com a criação de sua identidade. Não há indícios do “desaparecimento” das mulheres, nem uma busca de igualdade absoluta com os homens. Elas se reconhecem diferentes e prezam esta diferença. A igualdade reside no mundo dos direitos.

Ainda segundo o sociólogo francês, essas mudanças tendem a culminar com a construção de uma sociedade, cujo rumo seria definido pela dinâmica cultural, e cujos protagonistas principais

seriam as mulheres. Portanto, provavelmente assistiremos, ainda em futuro impreciso, ao nascimento de “uma sociedade de mulheres” (Touraine, 2006).

Aqui, é preciso ponderarmos que o próprio movimento das mulheres – na perspectiva brasileira – não é homogêneo, considerando as diferenças intragênero ainda existentes no país (Carneiro, 2003). Essa autora demonstra a importância do protagonismo das mulheres negras para o reconhecimento do “racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil” e dos “privilégios que essa ideologia produz para as mulheres do grupo racial hegemônico”, etc. (Carneiro, 2003, p. 129).

Conforme Nascimento (2023) em uma publicação recente, as reflexões de Touraine não nos remetem “a uma ‘feminização da sociedade’”, mas à construção de novas relações sociais (na família, no trabalho, no espaço público, na política, na sociedade civil). Nessas novas relações dar-se-á a reconstrução dos elementos que foram separados pelo modelo masculino e europeu de modernização. Modelo, simultaneamente, machista e racista. Para Touraine, são as mulheres “que formulam os grandes temas da reconciliação entre o corpo e o espírito, o passado e o presente, o privado e o público, o interesse e a emoção, a ordem e o movimento e, acima de tudo, entre as mulheres e os homens” (Touraine, 2006, p. 161). E para completar, a relação entre a sociedade e a natureza. Daí porque, são as mulheres que tendem a ocupar o papel de protagonistas centrais da nascente sociedade cultural. Para Touraine, a sociedade cultural se distingue da sociedade política do século XIX e metade do XX e da sociedade econômica, que predomina desde meados do século passado, e começa a fenecer em favor de sociedade nascente, regida por valores e práticas culturais, e não políticas ou econômicas.

Esse movimento “pós-feminista”, na expressão de Touraine, é coetâneo à noção de policrise que Edgar Morin tem anunciado desde o século passado (1981). Uma crise múltipla das sociedades humanas (econômica, ambiental, sanitária, política, de valores etc) que tem sido examinada por outros pensadores, como Beck (2001), Castells (1996) e Bauman (2000). Em seus escritos, porém, não há uma clareza a respeito dos contornos dessa policrise e, sobretudo, de seus impactos sobre a evolução futura da sociedade. Mesmo porque, como diz Morin (1981, p. 23) – “o futuro atualmente diz respeito mais ao improvável do que ao provável”⁵, mais ao desconhecido do que ao conhecido. Por isso mesmo, as diversas acepções da sociedade contemporânea – de risco, em rede, líquida – ao mesmo tempo que nos mostram movimentos e características da contemporaneidade, escondem seus movimentos e rumos mais profundos.

⁵ Tradução livre dos autores.

A sociedade moderna e com ela sua base material - o capitalismo ou, como preferem alguns, a economia de mercado - parecem se encontrar em uma encruzilhada. Esta se manifesta com a financeirização crescente da economia mundial e a sua correspondente perda de produtividade; agudização da crise ecológica (mudanças climáticas, perda de biodiversidade e aumento da poluição); crescimento das desigualdades sociais e regionais e o crescimento da velocidade das inovações tecnológicas. Ocorrem ainda o aumento das tensões internacionais, o risco de novas pandemias e o aparente fenecimento da democracia liberal.

Essa encruzilhada tem alimentado a busca por alternativas, assim como múltiplas reações: desde a negação do desenvolvimento capitalista, com o surgimento de propostas pós-desenvolvimentistas, até a negação da ciência e dos direitos humanos. Aqui tratamos de uma dessas manifestações, de caráter muito singular e restrita ao mundo rural e periferias urbanas, expressa entre outras na organização da Teia dos Povos.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é apresentar e refletir sobre a organização e articulação entre povos quilombolas, povos indígenas, assentados da reforma agrária e outras comunidades tradicionais brasileiras com foco nos quilombos por meio de duas obras recentes a respeito do tema: *Por Terra e território* – de Joelson Ferreira e Erahsto Felício, 2021 – e *A terra dá, a terra quer* – de Antônio Bispo do Santos, 2023. Para isso, este artigo está dividido em cinco partes. Mas antes de passarmos à apresentação, discussão e conclusão, é importante contextualizarmos nossa posicionalidade. Não somos pretos, nem estudiosos do movimento negro ou de quilombos, mas acadêmicos que estudam movimentos e iniciativas relacionadas ao pós-desenvolvimento.

O pós-desenvolvimento engloba uma série de múltiplas e variadas alternativas à noção de desenvolvimento e suas adjetivações (ex.: desenvolvimento sustentável). Em geral, essas alternativas são esperançosas, mas críticas à lógica do crescimento contínuo, ao racismo e ao machismo, ao passo que buscam vias para a redução das desigualdades, a maior integração na relação humanos-natureza, e a valorização dos diferentes modos de vida e culturas locais. Além disso, priorizam ouvir e dar visibilidade às vozes marginalizadas, criando “locais de experimentação produtiva” e “caminhos de resistência”, sem propor modelos escaláveis, pois são contrários à lógica universalizante (Gibson-Graham, 2005, Kothari *et al.*, 2021, Escobar, 2021; Kaul *et al.*, 2022). Aos poucos a expressão universo dá lugar a expressão pluriverso, para melhor compreender as mudanças que ocorrem atualmente na sociedade moderna.

2. ATORES CAMINHAM EM DIREÇÃO AO CENTRO, OUTROS PREFEREM DISTÂNCIA

O movimento de atores periféricos para o centro da sociedade, ocupando espaços, introduzindo práticas e percepções distintas, fazendo-se ouvir, como no caso das mulheres, por vezes não é acompanhado por outros atores sociais. Parte dos povos indígenas ou originários, quilombolas, caiçaras, pescadores artesanais, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais não seguem uma trajetória de adentramento da sociedade moderna para modificá-la. Prefere uma atitude de defesa, criando os seus próprios caminhos, permanecendo não fora da modernidade, mas nos espaços mais distantes. Não há rejeição total do intercâmbio, esses atores sabem que uma relação de troca com a economia de mercado é essencial a sua sobrevivência, mas evitam aprofundar esses laços e, sobretudo, lutar pelo poder no âmbito da sociedade moderna. Preferem pressionar por reformas que concernem a sua sobrevivência. O esforço de adentrar à sociedade moderna, para propor mudanças, contém, para alguns de seus líderes, o risco de cooptação, do desvio de seus rumos.

Quilombolas, indígenas e populares não formam um bloco único. Por isso, há alguns que preferem a alternativa de participação política no Parlamento, como a que se realiza atualmente no Congresso Nacional pela criação da Frente Parlamentar de defesa das comunidades quilombolas e a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas (Pompeu, 2023; Rodrigues, 2023). A primeira iniciativa atualmente é liderada pelo pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ), cujo objetivo é ser instrumento de defesa dos 6 mil quilombos que existem no Brasil, e a segunda pela deputada federal Célia Xakriabá (PSOL/MG). Exemplos de outras formas de mobilização, que evidenciam a diversidade de formas de atuação destes grupos, são a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), criada em 1996; a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em 2005; e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de 1984⁶. Apesar das datas relativamente recentes destas organizações, é importante destacar que se originaram de movimentos sociais anteriores. Nesse sentido, Souza (2016) argumenta que a luta por sobrevivência e por garantia de direitos aos quilombolas é histórica, abarcando uma "dimensão secular baseada em distintas formas de resistência dos africanos e seus descendentes, muitas vezes em conjunto com indígenas e brancos" (Souza, 2016, p. 22). Um dos marcos foi a inclusão dos direitos quilombolas na Constituição Federal de 1988, com atuação de parlamentares como Abdias do Nascimento, Benedita da Silva, além do Movimento Negro Unificado (Leite, 2008).

⁶ Mais informações em: <http://conaq.org.br/> ; <https://apiboficial.org/> e <https://mst.org.br/>

Ultimamente as vozes de quilombolas ganharam maior visibilidade para a Nação. De forma violenta, com o assassinato de Mãe Bernadete, Maria Bernadete Pacífico, líder do Quilombo Pitanga dos Palmares na Bahia, em 18 de agosto de 2023 (seu filho já fora assassinato em 2017, quando deixava os filhos na escola). Após o seu assassinato e com seis anos de atraso, o INCRA notificou 44 ocupantes irregulares no Quilombo em que habitava Mãe Bernadete. Não se pode negar a probabilidade de alguns desses ocupantes estarem envolvidos nesses dois homicídios. Por sua vez, o último censo do IBGE (2022), deu outra visibilidade aos quilombos, revelando que neles habitam 1.327.802 pessoas, correspondendo 0,65% da população nacional, enquanto os povos originários, segundo o mesmo censo, alcançam um milhão e setecentos mil indivíduos. Juntos, somam cerca de três milhões, aproximadamente 1,5% da população. A Bahia e o Maranhão reúnem mais da metade (50,16%) dos quilombos.

De outra forma, a realidade dos quilombos pousou na mesa da Nação por meio do livro *Torto arado*, de Itamar Vieira Junior (2019), que se encontra entre os maiores sucessos literários desde 2021⁷. No livro, o jovem escritor baiano conta a história de uma família de pretos sob o jugo do latifúndio. Mas, além do trabalho de Vieira Junior, há dois outros livros curiosos e impactantes. São eles: *Por Terra e Território: caminhos da revolução dos povos do Brasil* (2021), de Joelson Ferreira e Erahsto Felício e *A terra dá, a terra quer* (2023) de Antônio Bispo dos Santos. Livros que têm similitudes e diferenças.

3. SIMILITUDES E DIFERENÇAS

Começemos pelas similitudes. Ambos os livros são publicados por editoras “alternativas”, ou seja, fora do circuito das grandes editoras (Record, Cia das letras, Zahar, Vozes etc). O primeiro é um livro autofinanciado por membros e colaboradores do movimento social criado pelos autores – Teia dos Povos. O segundo foi publicado pela associação entre a editora UBU e a plataforma/revista – PISEAGRAMA⁸.

Outra similitude é que os autores são de proveniência popular. Os autores de *Por Terra e Território* são um líder camponês, Joelson Ferreira de Oliveira, ex-dirigente do MST, idealizador da Teia dos Povos, que vive no assentamento Terra Vista (Bahia) e ganhou o título de Mestre Notório

⁷ Foi o livro vencedor do Prêmio Jabuti de 2020 e o mais vendido do ano na Amazon em 2021. Mais informações em: <https://veja.abril.com.br/cultura/torto-arado-desbanca-autoajuda-e-e-o-livro-mais-vendido-do-ano-na-amazon/>

⁸ Esta plataforma tem outras publicações similares como: Japuíra Pataxó e Antônio Braz Santana. *Saberes dos matos pataxós* e Mario Blaser e Marisol de la Cadena. *Fome de resistência: A mão Kayapó Menkragnoti*.

Saber⁹ em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e o outro, um professor do Instituto Federal da Bahia (IFBA) e historiador, Erahsto Felício. Conforme dizem os autores: “este livro é uma síntese do pensamento rebelde de Joelson Ferreira escrito por Erahsto Felício, um professor...” (p. 23). O livro *A terra dá, a terra quer* é de autoria de Antônio Bispo dos Santos, também de origem popular, um líder quilombola nacionalmente reconhecido. Nego Bispo, como é comumente chamado, nasceu no Piauí, formado no quilombo Saco-Curtume, atuou na Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (CECOQ/PI) e na Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). É poeta, gravador e escritor, com outros livros publicados, como: *Colonização, quilombos: modos e significações* (2015).

Uma similitude a mais é que as reflexões de Nego Bispo e de Joelson Ferreira / Erahsto Felício são assentadas nas suas vivências cotidianas. Seus livros são repletos de reflexões epistemológicas provenientes de suas práticas e ensinamentos adquiridos com as populações “afro-pindorâmicas”, na expressão cara a Nego Bispo. Esses autores fazem esforços visíveis de se libertarem das cosmovisões dos colonizadores-capitalistas, que compõem as elites dominantes do País, segundo a expressão deles.

Finalmente, os dois livros travam uma batalha semântica, pois acreditam, mais Nego Bispo do que Joelson Ferreira e Erahsto Felício, que o domínio dos colonizadores se faz, também, pela linguagem, pois ela rouba e deforma a cosmovisão dos subalternos. Por isso, inventam palavras, em conformidade com suas cosmovisões, e desqualificam aquelas palavras caras à dominação capitalista/colonial.

Diferenças também existem entre esses dois livros. *Por Terra e Território* é um manifesto pela soberania dos povos do Brasil, como dizem os autores, ou ainda, em suas palavras: pela soberania da “aliança dos pretos, indígenas e populares territorializados”. Uma exposição da estratégia de libertação de seus opressores e criação de uma sociedade justa que se exprime nas Teias dos Povos. Fernandes (2024) chama atenção, em sua recente resenha sobre o livro de Joelson Ferreira e Erahsto Felício (2021), de que o movimento criado pelo primeiro, Teia dos Povos, já está implantado em 11 estados, após uma década de seu surgimento na Bahia e no Maranhão.

⁹ O título de Mestre de Notório Saber é um desdobramento do movimento que se iniciou com a luta de implementação das cotas no ensino superior no Brasil, que após ampliar a possibilidade de filhos de afrodescendentes e de povos originários ingressarem nas Universidades Públicas, começaram um movimento para o ingresso do saber desses povos no ensino superior. Movimento que teve a UnB como uma das universidades líder, particularmente o departamento de Antropologia, e nele, o professor José Jorge de Carvalho.

A *Terra dá, a terra quer*, de Nego Bispo, é uma aula sobre a batalha semântica que os populares têm que travar para se libertarem do jugo do colonialismo, ainda hoje imperante. Esta batalha é uma das estratégias de libertação da opressão a que estão submetidos os quilombos, povos originários, assentados e comunidades tradicionais, entre outros.

3.1. Por terra e território

O livro de Joelson Ferreira e Erahsto Felício descreve o caminho da libertação dos povos do Brasil por meio de uma revolução distinta das que conhecemos no século XX. Por “povos do Brasil” eles entendem, em primeiro lugar, a grande aliança entre pretos, indígenas e populares, que ocupam o que eles denominam de territórios. Estes são distintos de glebas, com cercas: ‘uma coisa é você ter um lote de 10 hectares de terra, outra coisa é você viver em um território com matas, lajedos, rios, lagos etc.’ (p. 43), “um lugar cheio de símbolos de pertencimento” (idem).

O público do livro se compõe de dois tipos de destinatários: a) aqueles que descobriram a Teia dos Povos, estão aliados a ela ou criando sua rede própria; b) aquelas pessoas que estão desorganizadas, e o livro clama para que se organizem, assim como para organizações de esquerda, que sentem que o campo político de esquerda sofre uma crise e é preciso “uma vivacidade outrora sentida” (p. 24).

O livro se divide em três partes. A primeira, composta de três capítulos, aborda os fundamentos da Teia dos Povos, o sentido que se dá à terra e aos territórios e as noções caras ao movimento, de autonomia e soberania. A segunda parte debruça-se sobre os tipos de soberania: hídrica, alimentar, energética, pedagógica, trabalho e renda. Ela se fecha com o capítulo sobre a autodefesa. A última parte, composta de seis capítulos, inicia-se pela reflexão sobre a importância das mulheres, os cuidados com os jovens e os idosos, o combate às drogas e ao alcoolismo, o valor da espiritualidade e a relevância da construção da Teia para combater seus inimigos. Um aspecto particular trata das ilusões da luta.

A organização já existente da luta de libertação proposta *Por Terra e Território* é a Teia dos Povos, criada em 2012 na 1ª Jornada de Agroecologia na Bahia. Hoje existem organizações similares em 11 estados. “A Teia dos Povos é composta...de territórios organizados, por organizações políticas e pessoas desterritorializadas” (p. 34). Portanto, a luta tenta compreender múltiplos atores, no campo e na cidade, no trabalho e na academia. Sua estratégia de luta divide-se em três etapas de longevidades distintas: a **jornada** é o alvo final (ou seja, a criação de uma utopia

que pode ser resumida em dois aspectos: (i) destruir o capitalismo, o racismo e o patriarcado e (ii) “construir um mundo de festa, trabalho e pão” (p. 71), como diz Gilberto Gil na música Vira mundo; a **caminhada** é um momento intermediário em direção à jornada (exemplo: criar uma economia própria) e, finalmente, os **passos** que constroem a caminhada (por exemplo, criar uma moeda social). A base material da organização geral da mudança são os núcleos (como a Teia dos Povos) e elos (compostos por pessoas desterritorializadas ou em processo de constituir um território na cidade e no campo).

A aliança dos povos deve se prevenir e aprender com as lições pretéritas. A primeira lição é a importância da unidade dos povos. Para isso é preciso esquecer as divergências e valorizar os aspectos comuns. É a partir deles que se criam novos laços. As diferenças são normais, e o respeito é essencial. Por isso, as diferenças devem ser identificadas e respeitadas. Haverá coletivos que participam das eleições, inclusive com candidatos, e outros que não. Por isso dois ditados são frequentemente citados: *O que nos une é maior do que o que nos separa*, e *Paz entre nós e guerra aos nossos senhores*. Os autores também afirmam que “A unidade que queremos não é a da bandeira, da identidade política, mas da ação” (p. 34). Por isso, “aprofundar o conhecimento sobre nossas diferenças ajudará a nos respeitarmos mais e a agir melhor” (p. 39). Os autores vão falar de “antropólogos profundos”, aqueles que se especializam em estudar a cultura dos povos e suas diferenças.

A segunda lição é ter claro quem é o inimigo, definido como o capitalismo, o racismo e o patriarcado. O capitalismo explora e submete a todos, o racismo discrimina os pretos e os indígenas, e o patriarcado inferioriza as mulheres. Mas, há outras figuras, como o imperialismo e o latifúndio, ou seja, o capital internacional e os grandes proprietários de terra. Um explora nossas riquezas e o outro persegue os pequenos proprietários de terra, os quilombolas e indígenas, expulsa-os da terra e mata-os, se resistem. A crise do capitalismo o torna agressivo, por isso ele destrói a natureza de forma desordenada, em busca de sua sobrevivência, da criação de lucros e riquezas concentradas nas mãos de poucos. “O lucro deles é destruição rápida... de nossos biomas” (p. 47).

O racismo é histórico e estrutural, está nas raízes da ocupação do nosso país pelos colonizadores europeus: “a gênese do próprio estado brasileiro é o escravismo” (p. 52). A ocupação do Brasil tem suas bases na escravidão de africanos e indígenas, tratados como mercadorias, como coisas, nunca como pessoas humanas. Ocupação repleta de sofrimento. Mas também de resistências, que forjaram uma aliança entre pretos, indígenas e populares. Resistência com participação de brancos pobres. A mais expressiva é a de Palmares, confederação de quilombos que existiu por

mais de um século ou a dos povos guaranis no sul do País. O livro refere-se também à participação de pretos e indígenas em rebeliões como Canudos (BA), Cabanagem (PA), Balaiada (BA) e Farrapos (RS), entre outras.

A serviço dos inimigos do povo (capitalismo, racismo e patriarcado) erguem-se os governos e o sistema judiciário, pois o Brasil não tem uma “elite que lute pela nação”, mas “elites contra o seu povo, operando o Estado” (p. 101). “O sistema de justiça foi montado contra os povos e suas lutas emancipatórias”, seu principal objetivo é o de proteger a propriedade privada dos ricos, pois “o sistema está estruturado contra nosso povo” (p. 102). Por isso, “é preciso avançar nas reflexões e na ação sobre justiça comunitária. Com isso poderemos ter soberania na lida com as divergências, contendas e conflitos” (p. 105). “Precisamos reinventar ou retomar nossas formas de resolução de conflitos” (p. 105). Ganhar autonomia do sistema de justiça do capitalismo.

A terceira lição é que a diretriz principal da luta de libertação é a luta por terra, território e autonomia. Terra é poder. Ela nos dá “autonomia e orgulho”, sua posse “alimenta nossa alta estima”, dizem Ferreira e Felício (p. 37). A luta por direitos e participação política é uma forma de distrair os militantes do objetivo central. Os processos políticos de inclusão social não modificaram o sistema. A economia solidária não mudou a economia capitalista. As políticas sociais matam a fome, mas também alimentam o capitalismo. Arrefece a resistência do povo, pois “as políticas públicas cativam os de baixo em um conformismo mediante a dependência do Estado” (p. 52). É preciso se relacionar com o mercado e o Estado, porém com cautela. Deve-se ter o máximo de independência do mercado, para isso é preciso desenvolver as soberanias energéticas, de alimentos e de água. Ou dele depender o mínimo. Da mesma forma em relação ao Estado, é preciso se relacionar, mas reduzindo as demandas: “ainda que dependamos aqui e acolá do Estado e do mercado, precisamos ir avançando e conquistando essas soberanias por meio de nosso trabalho coletivo” (p. 51).

Uma lição importante para os autores de *Por Terra e Território* é a desconfiança em relação aos partidos políticos, e mais particularmente em relação aos partidos de esquerda que se apresentam como representantes desses povos ‘sofridos’. “Ao longo do século XXI, a identidade de classe carregada pelos partidos de esquerda tentou dar conta de nossas diferenças criando uma homogeneização” (p. 39) de classe. Nossa identidade, porém, não é monolítica, mas heterogênea. Aparentemente, Ferreira e Felício não têm qualquer confiança nos partidos de esquerda, pois eles vivem uma “rendição ideológica” (p. 167). Eles centralizam as lutas no campo econômico urbano, e

para os autores “Quando paramos de falar de terra e território passamos a reivindicar direito e políticas públicas, fazemos o jogo do capital e do racismo” (p. 174).

A última lição é que é preciso desenvolver a autonomia e soberania dos territórios, inclusive a autodefesa. Esta não pode se sustentar nas armas. “O Estado brasileiro e suas elites usam e abusam da violência” (p. 99), por isso precisamos desenvolver a capacidade de resistência dos jovens, adultos e mulheres. Mas, a violência deve vir apenas depois de diálogo e persuasão. Nossa principal arma, dizem os autores, são as massas. “A melhor forma de enfrentar as forças do Estado não foi uma guerrilha rural, mas uma multidão cantando à frente e muita gente batendo as foices amoladas atrás” (p. 99).

Em resumo: a Teia dos Povos, instrumento organizativo da “grande aliança”, articula sua estratégia de mudança pela rejeição (parcial) da economia de mercado e da participação política tradicional, e opta pela estratégia de permanecer em seus territórios, crescendo numérica e qualitativamente, com novos membros e novas relações sociais. Crescer por meio da criação de núcleos (comunidades territorializadas) e elos (grupos de apoio de desterritorializados), para desenvolver as “caminhadas” (tarefas concretas e mensuráveis), parte integrante e menor da “jornada” (objetivo final da criação de uma sociedade justa), por meio do desenvolvimento de suas soberanias.

3.2. A terra dá, a terra quer

Se o livro de Joelson Ferreira e Erahsto Felício é um manifesto pela libertação dos “povos do Brasil”, o de Nego Bispo é um libelo contra a dominação colonial-capitalista no terreno sutil da semântica. O livro inicia fazendo uma comparação entre o ato de adestrar e colonizar que, segundo o autor, “são a mesma coisa”. Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por “desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome” (p. 12). Trata-se do processo de “denominação”. A este processo os oprimidos devem responder com uma “guerra de denominações”, que consiste no jogo de contrariar (se opor, negar) as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las. Assim, diz o autor, ao invés de desenvolvimento, que nos desconecta da natureza, deve-se usar a palavra envolvimento, que nos envolve a todos, humanos e não humanos como habitantes de uma casa comum. Ao invés de troca, deve-se usar a palavras compartilhamento, pois não trocamos afetos, o compartilhamos; no lugar de saber sintético, o saber orgânico, que vem da natureza; no lugar de coincidência, a confluência, que é uma forma que rende, amplia, aumenta. E, assim por diante. E o discurso se agudiza ao longo do livro. “Nós não temos

cultura, temos modos – modos de ver, de sentir, de fazer as coisas, modos de vida...Dentro da cultura é preciso se submeter às notas. A cultura é uma coisa padronizada, mercantilizada, colonial” (p. 23).

O discurso de Nego Bispo se radicaliza ao longo do texto a ponto de abominar as cidades grandes – “a cidade é um território colonialista” (p. 22), nela “só tem valor o que vira mercadoria” (p. 25). Mas não são todas as cidades: “Ainda posso dormir nas praças da cidade, uma cidade de vinte mil habitantes, onde é comum chegar uma pessoa e perguntar se estou bem ou se quero que ela me leve para casa. Essa é uma relação que nos *Alphavilles* não existe, ainda há compartilhamento entre nós.” (p. 46) E o autor se pergunta: “Por que os povos da cidade não se relacionam com a natureza? Porque têm medo. Porque são cosmo-fóbicos” (p. 26). As pessoas da cidade não têm confiança, nem nos outros e nem na natureza, por isso acumulam. “Só precisa acumular quem não confia, quem tem medo da natureza não fornecer, medo da natureza castigar” (p. 27).

Da verve de Nego Bispo não escapa nem a sociedade nem o humanismo. “Enquanto a sociedade se faz com os iguais, a comunidade se faz com os diversos. Nós somos os diversosais, os cosmológicos, os naturais, os orgânicos. Não somos humanistas, os humanistas são as pessoas que transformam a natureza em dinheiro, em carro do ano” (p. 27). Como não escapa a política, tal como a entendemos. Nesse sentido, afirma que

Existem modos de vida fora da colonização, mas política, não. Toda política é um instrumento colonialista, porque a política diz respeito a gestão da vida alheia. Política não é autogestão. A política é produzida por um grupo que se entende iluminado e que, por isso, tem que ser protagonista da vida alheia (p. 47).

O Estado é um “ambiente colonialista”, por isso “não há diferença entre gestão de esquerda e de direita” (p. 74).

Para o autor de *A Terra dá, a terra quer* a política, como gestão da vida alheia, é algo estranho. “Como governar quem não se conhece?” (p. 47). Assim, os humanos deveriam se organizar em grupos cujo tamanho permita a autogestão, daí a recusa dos grandes aglomerados urbanos em que as pessoas não se conhecem, não confiam umas nas outras.

Nego Bispo acolhe as mudanças dos tempos na sua linguagem própria. Sinaliza a perda de centralidade do conflito capital x trabalho, e a emergência de uma bateria de novos conflitos que reconfiguram a sociedade moderna. Assim, faz o contraponto:

“Falamos de cosmologia ao invés de falar de teoria ou ideologia. Falamos de território ao invés de falar de fábrica. Falamos de aldeia, quilombo e terreiro em vez de espaço de trabalho. O mundo do trabalho não é mais o mundo em debate,

não está mais impondo a pauta, está sendo substituído pelo mundo do saber, pelo mundo do viver” (p. 52).

“O grande debate hoje é o debate decolonial” (p. 53), conclui o autor de *A terra dá, a terra quer*. E vai além, afirma-se contracolonial, enfatizando a necessidade de se opor, não aceitar, o colonialismo. Neste ponto, também dialoga com *Por terra e Território*, aspecto discutido no próximo tópico.

4. A SINGULARIDADE DAS PROPOSIÇÕES

À semelhança de Joelson Ferreira e Erahsto Felício, Nego Bispo não propõe destruir os colonialistas, mas a mentalidade colonialista, já em deterioração, de dominação. O principal, porém, é a tarefa de construir o novo, sem se importar com o fim do velho. “Não precisamos destruir os colonialistas. Deixemos que vivam desde que vivam com o sol deles e não venham roubar o nosso sol...” (p. 54).

Nego Bispo, faz distinção entre dois tipos de colonialismo. O universal, que nasce com a expansão europeia no século XV, e o colonialismo de submissão, no interior do Brasil. “Os governantes nordestinos ficam com um pires no Sul pedindo dinheiro para combater a caatinga. É isso o que chamo de colonialismo de submissão” (p. 78). O povo que vive na caatinga sabe como conviver com ela, com sua aridez e chuvas irregulares, não precisa de ajuda, e muito menos de conselho. O que lembra a célebre entrevista do economista queniano, James Shikwati, à revista alemã *Der Spiegel*: “Pelo amor de Deus, parem de ajudar a África” (Exame, 2010).

Um e outro livro aqui apresentados causam espécime, de tão insólitos que são. Discursos de defesa, mais que de ataque. Falas, mais de proteção que de enfrentamento agressivo. Defesa de formas pretéritas de vida, que não são coetâneas, mas contemporâneas, pois convivem no mesmo tempo, embora com ancestralidades distintas. Escritas de recusa, de rejeição da participação, de pregação de formas simples de vida. Uma linguagem com excessos, como o desprezo pela política tradicional ou a condenação das cidades grandes e do humanismo, porque desconsidera a integração e o respeito à Natureza.

Os dois livros espelham, de forma próxima, a rejeição da sociedade moderna, que estaria presente em comunidades quilombolas, indígenas, e assentamentos rurais, comunidades tradicionais, entre outras. Neste sentido, fazem parte de um movimento atual, maior e mundial, de rejeição da sociedade moderna. Em sua linguagem específica navegam no mundo do

pós-desenvolvimento, pois um e outro recusam o desenvolvimento, entendido como convite ao crescimento contínuo, à acumulação de riquezas, à desconexão com a natureza, e declaram sua preferência pelo “envolvimento”. Nesse sentido, aproximando-se de Morin que afirma “o desenvolvimento favoriza o individualismo. O envolvimento favoriza a comunidade”. E mais ainda “o envolvimento significa a manutenção da inserção na cultura...o primado da qualidade poética de viver” (Morin, 2011, p. 36).

Assim, este é mais um ponto de aproximação das proposições pós-desenvolvimentistas, o da organização de grupos cujo tamanho permita a autogestão. As alternativas pós-desenvolvimentistas, a exemplo do bem viver, propõem transformações para a revalorização das identidades culturais, autonomia para as populações locais, interação e integração entre movimentos populares (Acosta, 2015). Nos dois livros, a presença de Rousseau (2014 e 2017) é notória, embora jamais citado. Mas sem ilusões: “Não queremos um novo ludismo”, afirma Santos, 2023, p. 92. A sociedade ideal é a comunidade, grupo de indivíduos distintos, organizados em autogestão.

Os autores comentados tentam espelhar a ideia de que é possível criar algo novo, desde agora, às margens da sociedade moderna, na vida rural, sem grandes meios, valorizando as raízes e ancestralidades populares. Algo utópico se analisado a partir de uma perspectiva universalizante ou escalável, que a maioria dos acadêmicos e cientistas sociais tenderá a rejeitar como formulações excessivamente simplórias. Porém, a visão de Joelson Ferreira, Erahsto Felício e Nego Bispo faz parte de um movimento maior de recusa a uma vida centrada no lucro, no individualismo, com pouco respeito à natureza e claro desprezo pelos semelhantes; uma vida com pessoas mergulhadas em um mundo de extrema e crescente desigualdade e vergonhosa e inadmissível pobreza; um mundo repleto de feminicídio e racismo, em que seus habitantes tendem, cada vez mais, à obesidade, depressão, suicídio, persistindo na guerra e na destruição de vidas.

Há uma discussão acadêmica a respeito da afirmação de que as Teias dos Povos trabalham para criar uma nova sociedade. Ou seja, sobre a natureza da sua utopia. Para Fernandes (2023), por exemplo, o essencial não é a criação de algo novo, mas o esforço de recriação de relações sociais que valorizam as raízes dos povos afropindorâmicos, que revigoram suas tradições e saberes, e fortalecem as antigas espiritualidades. Esse componente está presente também nas reflexões de Pimentel (2021), que enfatiza o papel dos encantados, de ritos ancestrais que são revivenciados, em uma espiritualidade distinta das sociedades modernas: “Deus, então, não é somente o pai da natureza, é a própria natureza” (Pimentel, 2021, p. 271). Os encantados são também ressaltados na dissertação de Couto (2008) e na tese de Gondim (2016), assim como no artigo de Herbetta (2020).

Os estudiosos e atores da Teia dos Povos (Pimentel, 2021; Ferreira e Felício, 2020) mostram como, nascida da agroecologia, as Teias dos Povos vão além, e criam uma “cosmopolítica” (Viveiros de Castro, 2012).

A força que emanamos na Chapada Diamantina também emerge da energia ancestral que transborda entre rios, lajedos e matas, pulsando nos trabalhos de evocação da jurema, encantados, caboclos, nikisis, orixás e voduns, reforçando a resistência política da luta dos povos que através do ubuntu e do bem viver enfrenta a colonização das mentes, dos corpos e territórios (Teia dos Povos, 2019).

Segundo Elionice Sacramento, pescadora e liderança do quilombo Conceição de Salinas (Bahia): “Eu fui ensinada pelos meus pais, por exemplo, a pedir licença para acessar as águas, porque aquela água não é uma simples água. Também são as águas de Iemanjá, são as águas de Oxum” (Sacramento, 2019).

Além de uma espiritualidade distinta, ressalta-se na Teia dos Povos o desejo de autonomia que é partilhado por comunidades em toda América Latina (La Cadena, 2010). “Vivemos um período em que o estabelecimento das chamadas autonomias – indígenas, quilombolas, camponesas ou mesmo urbanas – na América Latina tornou-se imperativo para muitas comunidades” (Pimentel, 2021, p. 274).

Enfim, as Teias dos Povos pertencem a um movimento maior de criação de alternativas à sociedade moderna, que não se reduzem às pequenas comunidades, como consta em Kothari et. al. (2021). Vão muito além, como comprovam obras como a de Morin (2011), Castells (2019) e Raworth (2019).

Há vários pontos de reflexão e terrenos pantanosos nas reflexões de Ferreira e Felício. As relações com os brancos, com os intelectuais e com os partidos de esquerda em geral; a natureza das lutas populares, com desconfiança clara em relação às lutas por políticas sociais, que não liberam o povo, nem o empodera, e ênfase na luta por terra; além da aparente primazia do campo sobre a cidade, a recusa na participação política institucional, entre outros. E há razão factual para a desconfiança com alguns atores e organizações. A história brasileira é repleta de traições de brancos contra os pretos, como na Guerra dos Farrapos (Da Silva, 2010). A história recente mostra que pretos, indígenas e populares não foram contemplados como esperavam, em governos do PT. Temas que se espera serão, possivelmente, objeto de debate entre os militantes desse movimento, reconhecidamente diverso.

A grande aliança proposta reúne pretos, indígenas e populares: muitos dos quais foram e são excluídos desde as origens deste país, brancos e intelectuais incluídos. Nego Bispo aponta um caminho além do identitarismo, ao apresentar os seres “compartilhantes”: “O mundo é grande e tem lugar para todo mundo” (p. 36), ainda mais quando estamos “em um momento de ampliação da luta antirracista, de conscientização e incorporação de brancas e brancos a essa luta, (p. 82). Ferreira e Felício também são sensíveis a esta questão quando chamam a atenção para o risco do aprisionamento identitário, e propugnam a importância dos elos na luta, formados por militantes não organizados ou não territorializados, habitantes majoritariamente urbanos.

5. CONCLUSÃO

É interessante observar que as reflexões, sobretudo de Joelson Ferreira e Erahsto Felício, lembram as de Jean Baechler (2015) no livro sobre as origens do capitalismo. Nesse livro, o pensador francês analisa como a sociedade feudal morre e dá lugar ao capitalismo a partir de um movimento que se desenvolve em suas franjas, na periferia: o crescimento dos comerciantes, que se alimentam das feiras nos burgos nascentes e das grandes viagens ao novo continente descoberto pelos europeus no século XVI. Porém, esses movimentos aqui citados parecem proceder no sentido inverso dos comerciantes da Idade Média, pois estes crescem, criam espaços regidos por lógicas próprias e adentram o feudalismo, levando-o a implodir. Movimento que durou séculos e se concentrou na Europa Ocidental. Para os livros em análise, a aliança dos pretos, indígenas e populares deve conservar-se relativamente à parte, buscando ampliar suas terras e territórios, e fortalecer suas soberanias: de alimento, energia, água, pedagógica e de autodefesa. Com isso, ganhando autonomia e força, na dupla esperança: a) de não serem esmagados pela expansão do capitalismo; b) e da autodestruição desse, porque compreendem que sua lógica se baseia no neocolonialismo, racismo, machismo e na exploração da natureza, por isso gera mal-estar social e degradação ambiental, o crescimento da desigualdade social e a impossibilidade de propiciar às massas pobres e miseráveis do mundo o mínimo de qualidade de vida.

No entanto, a singularidade das propostas dos livros pode fazer com que parte de seus leitores se perguntem se os membros da “grande aliança” estarão livres dos impactos das mudanças climáticas, inclusive porque muitos deles estão no semiárido e nos trópicos. Serão capazes de se adaptar às mudanças climáticas? E, com a destruição do capitalismo, como viverão sem os bens modernos que eles não fabricam? Por isso, lembramos que se tratam de grupos diferentes dos “povos da mercadoria” (Kopenawa, & Albert, 2013). Santos destaca a capacidade de adaptação e

resistência das pessoas quilombolas, que são “povos de trajetórias, não somos povos de teoria. Somos da circularidade: começo, meio e começo” (2023, p. 69). E ressalta que “Inventaram que somos os mais fragilizados” (p. 32). Esse argumento dialoga com a perspectiva dos povos indígenas, quando Krenak – em *Ideias para Adiar o fim do mundo* - destacou que:

Em 2018, quando estávamos na iminência de ser assaltados por uma situação nova no Brasil, me perguntaram: “Como os índios vão fazer diante disso tudo?”. Eu falei: “Tem quinhentos anos que os índios estão resistindo, eu estou preocupado é com os brancos, como que vão fazer para escapar dessa”. A gente resistiu expandindo a nossa subjetividade, não aceitando essa ideia de que nós somos todos iguais. Ainda existem aproximadamente 250 etnias que querem ser diferentes umas das outras no Brasil... (Krenak, 2020, p. 16).

Porém, o importante não é discutir se eles estão certos ou não e como sobreviverão à crise ecológica. Mas sim, se seus discursos e percepções tendem a progredir em outros espaços e sob outras formas, ampliando a contestação à lógica da economia de mercado, à ausência de ética no avanço científico-tecnológico e às normas aristocráticas presentes na democracia liberal, legados expressivos da modernidade. Ampliando, também, o coro para visões de mundo mais biocêntricas, para a reintegração humanos-natureza e para o enfrentamento às desigualdades de gênero e raça. Finalmente, porém, o mais importante reside em se perguntar quais são as raízes que alimentam essas expressões, quais os seus fundamentos estruturais, na medida que são decorrentes de cosmovisões que crescem nas franjas, mas também há outras que crescem no seio das sociedades modernas.

As obras analisadas questionam e buscam o enfrentamento ao desenvolvimentismo, ao capitalismo, ao racismo e ao patriarcado, assim como diferentes autores do movimento do pós-desenvolvimento. Conclui-se que as proposições contidas nos dois livros aqui abordados se enquadram nos movimentos em prol do pós-desenvolvimento, que não é de hoje, mas do início da segunda metade do século XX, quando os Meadows *et al.* (1972) assinalaram que o mundo caminhava para a ultrapassagem dos limites físicos. As obras apresentadas ressaltaram que utilizando mais recursos do que a reprodução da natureza permite não se subsiste por muito tempo. Com isso, restaria - para Randers (2012) - apenas duas alternativas. “Uma vez em um estado de ultrapassagem existem apenas dois caminhos para voltar ao território sustentável: ou um declínio gerenciado...ou um colapso” (p. XIX). Os dois livros aqui comentados indicam uma possibilidade de escolha da primeira opção. É uma forma de criá-la, mas outras devem nascer de povos em outras circunstâncias, com outros valores e costumes. Afinal, o universal, as respostas padronizadas, estão

desaparecendo, para dar lugar à pluralidade de iniciativas, o pluriverso. Como diz Nego Bispo, é o momento do “diversal”.

6. REFERÊNCIAS

- ACOSTA A. (2015). El Buen Vivir como alternativa al desarrollo. Algunas reflexiones económicas y no tan económicas. *Política y Sociedad*, 52(2), 299-330. Recuperado de https://doi.org/10.5209/rev_POSO.v52.n.2.45203
- BAECHLER, J. (2015). *Le origini del capitalismo. Mercato, Diritto e Libertà*. Torino: IBL libri.
- BAUMAN, Z. (2000). *Modernidade líquida*. São Paulo: Zahar.
- BECK, U. (2001). *La société du risque. Sur la voie d'une autre modernité*. Paris : Aubier (A Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade. Editora 34.)
- BOURDIEU, P. (2002). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CARNEIRO, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117-133.
- CASTELLS, M. (1996) *The Rise of the Network Society. The Information Age*. Vol I. Oxford, UK: Blackwell. (A sociedade em rede. Paz e Terra)
- CASTELLS, M. (org). (2019). Outra economia é possível. *Cultura e economia em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- COUTO, P. N. de A. (2008). *Morada dos encantados, identidade e religiosidade entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, Buerarema, BA*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.
- DA SILVA, J. (2010). *História regional da infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades*. Porto Alegre, LPM.
- ESCOBAR, A (2021). Reframing civilization(s): from critique to transitions. *Globalizations*, 2021. DOI: 10.1080/14747731.2021.2002673
- EXAME. (2010). *Programas de ajuda à África não ajudam e ainda geram corrupção*, 12/10/2010. Recuperado de: <https://exame.com/mundo/programas-de-auxilio-a-africa-nao-ajudam-e-ainda-geram-corrupcao-m0061740/#> acessado em 05/10/2023.
- FERNANDES, Leticia (2024). Caminhos rebeldes para a sustentabilidade dos povos do Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 63 (no prelo)

FERREIRA, J. e Felício, E. (2020). *Paz entre nós, guerra aos senhores – uma tradição rebelde de alianças*. Recuperado de:

<https://jacobin.com.br/2020/07/paz-entre-nos-guerra-aos-senhores-uma-tradicao-rebelde-de-aliascas>

FERREIRA, J. e Felício, E. (2023). *Por terra e território: caminhos da revolução dos povos do Brasil*. Bahia: Teia dos povos.

GIBSON-GRAHAM, J.K. (2005). Surplus possibilities: post-development and Community economies. *Singapore Journal of Tropical Geography*, 26, 4–26.

GONDIM, J. M. (2016). *Seguindo trilhas encantadas: humanos, encantados e as formas de habitar a Almofaia dos Tremembé*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

G1. (2023). *Números de uma tragédia anunciada: 10 mulheres assassinadas todos os dias no Brasil*. Recuperado de:

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/numeros-de-uma-tragedia-anunciada-10-mulheres-assassinadas-todos-os-dias-no-brasil.ghtml>

HERBETTA, A. F. (2020) *Agências encantadas: cosmopolíticas indígenas e sertanejas*. Paralellus – Revista de Estudos de Religião, Recife, v. 11, n. 26, p. 9-28.

IBGE. (14/08/2023) *Censo 2022. População Quilombola*. Recuperado de: <https://censo2022.ibge.gov.br/minuto-censo-detahes?view=mediaibge&id=6570> acessado em 01/11/2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2022). *Atlas da Violência – violência contra a mulher*. Recuperado de:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9144-dashboaravolenciainulherfinal-1.pdf>

LA CADENA, M. (2010) Indigenous Cosmopolitics in the Andes: conceptual reflections beyond ‘politics’. *Cultural Anthropology*, Arlington, v. 25, n. 2, p. 334-70.

LEITE, I. B. (2008). O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 965-977.

KAUL, S., AKBULUT, B., DEMARIA, F., GERBER, J.F. (2022) Alternatives to sustainable development: what can we learn from the pluriverse in practice? *Sustainability Science*, 2022.

KOPENAWA, D., ALBERT, B. (2013). *A queda do céu: Palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.

- KRENAK, A. (2020). *Ideias para adiar o fim do mundo* (Nova edição). São Paulo: Companhia das Letras.
- KOTHARI, A., Salleh, A., Escobar, A., Demaria, F.; Acosta, A. (2021). *Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento*. São Paulo: Elefante.
- MEADOWS, D., Meadows, D., Randers, J. e Behrens III, W. W. (1972) *Os limites do crescimento*. São Paulo: Perspectivas.
- MORIN, E. (1981) *Pour sortir du XXe siècle*. Paris: Fernand Nathan. (Para sair do século XX. Nova Fronteira).
- MORIN, E. (2011) *La voie. Pour l'avenir de l'humanité*. Paris: Fayard. (A via para o futuro da Humanidade. Bertrand Brasil)
- NASCIMENTO, E. P. (2023) *Alain Touraine e o protagonismo feminino: uma homenagem*. Ateliê de Humanidades, Fios do Tempo. Rio de Janeiro.
- SOUZA, B. O. (2016) *Aquilombar-se: panorama sobre o movimento quilombola brasileiro*. Curitiba: Appris.
- PIMENTEL, S. K. (2021) *Teia dos povos: afetos-encantos afro-indígenas - populares numa coalizão cosmopolítica*. Tellus, Campo Grande, MS, 46, p. 253-281.
- POMPEU, A. (2023) *Frente Parlamentar quer representar quilombolas*. Folha de São Paulo.
- RANDERS, J. (2012) *2052. Uma previsão global para os próximos quarenta anos*. Chelsea Green Publishing.
- RAWORTH, K. (2019) *Economia Donut. Uma alternativa ao crescimento a qualquer custo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- RODRIGUES, A. (2023) *Parlamentares instalam frente em defesa dos direitos indígenas*. Agência Brasil. Recuperado de: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-04/parlamentares-instalam-frente-em-defesa-dos-direitos-indigenas>
- ROUSSEAU, J. J. (2014) *O contrato social. Princípios do direito político*. São Paulo: Edipro.
- ROUSSEAU, J. J. (2017) *A origem da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Penguin Cia.
- SACRAMENTO, E. (2019) *Da diáspora negra ao território das águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas, BA*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- SANTO, J. R. (23/11/2022). ONU: mais de 81 mil mulheres foram assassinadas em 2022, diz relatório. Agência Brasil. Recuperado de:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-11/onu-mais-de-81-mil-mulheres-foram-assassinadas-em-2021-diz-relatorio>

SANTOS, A. B. (2015). *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: UnB/INCTI.

SANTOS, A. B. (2023) *A terra dá, a terra quer*. Brasília: UBU.

TEIA DOS POVOS (2019) *Carta da VI Jornada de Agroecologia da Bahia*. Utinga. Recuperado de: <http://teiadospovos.org/>

TOURAINÉ, A. (2011). *O mundo das Mulheres*. Petrópolis: Vozes.

VIEIRA JUNIOR, I. (2019). *Torto arado*. São Paulo: Todavia.

VIVEIROS DE CASTRO, E. (2012) “Transformação” na Antropologia, transformação da “antropologia”. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 151-71.